

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: O Brasil não é a Califórnia	2
Título: Curtas	4
Título: Aneel avança com projeto de leilão de eficiência energética	5
Título: Veolia inicia ofensiva para fundir operações com Suez.....	6
Título: Braskem é alvo de ação coletiva nos EUA.....	8
Título: Terminais viabilizam planos de Eldorado e Bracell.....	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	12
Título: Teto salarial de militares opõe Defesa a Economia	12
Título: Mercado de crédito de carbono entra na mira de empresas.....	14
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	15
Título: Trump reduz cota de aço semi-acabado do Brasil para atender eleitor	15
VEÍCULO: O Globo.....	16
Título: 'Se nada for feito, outro acidente acontecerá'	16

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 31/08/2020****Seção: Opinião****Autor: Ítalo Freitas****Título: O Brasil não é a Califórnia**

O Brasil tem que administrar não a escassez, mas a abundância de recursos

Em discussões técnicas sérias, poucas coisas podem ser tão graves quanto cair na armadilha fácil das simplificações. No setor elétrico, as simplificações significam empobrecimento dos debates e, nos casos extremos, influenciam de forma enviesada a implementação de políticas que causam danos à evolução do próprio setor.

É por isso que entendo ser fundamental discutir de forma mais profunda os desafios que a Califórnia tem enfrentado na sua transição energética, com apagões durante picos de consumo. Muitos têm feito comparações extremamente equivocadas com o Brasil. Para ampliar o debate, gostaria de abordar atributos como flexibilidade, despachabilidade e potência.

No Brasil, transição energética significa aumentar o peso de renováveis num sistema que já é renovável em si

Em primeiro lugar, é preciso entender a matriz elétrica da Califórnia. Em 2019, de acordo com a “California Energy Commission”, cerca de 30% da matriz do Estado era de fontes limpas não hídricas, como eólica, solar, biomassa, geotermal e nuclear. As hídricas respondiam por cerca de 15% e o gás natural por cerca da metade da matriz. Essa configuração, altamente renovável, é fruto de uma política iniciada na década de 90 para incentivar as fontes renováveis. E o que causou o apagão não foi essa configuração, mas sim um dimensionamento inadequado de reservas para operação aliado ao modelo americano de interligação entre os Estados.

Nos Estados Unidos, embora exista interligação entre os sistemas de transmissão dos Estados, as regiões elétricas são mais separadas do que no caso brasileiro, havendo gargalos importantes para escoamento. Em alguns casos, para a transferência energética acontecer, é necessário comprar antecipadamente direitos de transmissão. A exportação e importação de energia entre regiões requer, ainda, mecanismos de oferta de preço.

Já no Brasil, o cenário é muito distinto. Nosso Sistema Interligado Nacional tem uma flexibilidade muito maior, que permite transferências energéticas e suprimento de reserva de potência de forma extremamente ágil. Nossa matriz é pensada nacionalmente e as trocas são rápidas.

O Brasil tem mais de 50% de hidrelétricas e seus reservatórios funcionam como uma grande bateria e eles estão sendo recuperados graças à entrada de outras renováveis no sistema, como as eólicas. Nosso backup é radicalmente diferente do americano. É como se eles tivessem uma pequena bateria recarregável e nós tivéssemos uma gigantesca bateria de longa duração e natural. E, no caso brasileiro, é bom reforçar algo importante: essa grande bateria de longa duração são as hidrelétricas.

Destaco uma diferença importante, específica para o caso da energia eólica. O Brasil, que tem a eólica como segunda fonte de geração em capacidade instalada, possui ventos com predominância unidirecionais e alta intensidade de velocidade média ao longo do ano, que são traduzidos em fatores de capacidade acima de 45%. Já na Califórnia, esse indicador é muito menor: foi de 26% em 2016, de acordo com o “Productivity and Status of Wind Generation in California”.

Menciono, ainda, a inequívoca diferença entre os caminhos da transição energética dos dois países. No ano passado, cerca de 60% da geração de eletricidade nos Estados Unidos veio de combustíveis fósseis - carvão, gás natural, petróleo e outros gases. Na Califórnia, conforme mencionamos acima, a matriz já é mais renovável por um esforço do Estado, na sua busca pioneira por uma matriz limpa, que possibilitou a inserção de novas tecnologias, como o armazenamento químico (íon de lítio) de energia, microgrids e resposta à demanda na composição energética de forma rápida.

Como todas essas tecnologias necessitam de tempo para se estabilizarem nos sistemas e os eventos climáticos estão cada vez mais inesperados e severos, surgiram dificuldades para o sistema em momentos de pico. O pioneiro enfrenta muito mais dificuldades, mas o benefício é grande, neste caso a todo o planeta, já que a Califórnia é um dos grandes consumidores mundiais de energia.

Já o Brasil é renovável, com histórico de décadas com as grandes hidrelétricas representando mais de 60% da geração. Por aqui, a transição energética significa aumentar o peso de renováveis como eólica, solar e biomassa num sistema que já é renovável em si e que, naturalmente, conta com uma abundância de recursos naturais renováveis para geração de energia. Voltando à comparação do parágrafo anterior, a Califórnia tem uma bateria recarregável de backup e tem que gerenciar escassez de recursos renováveis, investindo pesadamente para que eles se desenvolvam. O Brasil, além de ter essa gigantesca bateria de longa duração em forma de reservatórios, tem que administrar não a escassez, mas a abundância de recursos.

Dito tudo isso, importante esclarecer que não pretendo afirmar que não exista espaço em nossa matriz para térmicas, mas sim fazer o seguinte questionamento: o que nós do Sistema Elétrico Brasileiro podemos fazer para tornar nossa matriz com a menor pegada de carbono possível e o custo mais competitivo do mundo?

Temos cientistas e engenheiros de altíssimo nível que podem desenvolver tecnologia nacional para nos dar essa resposta. Esse ponto é fundamental porque estamos a caminho de um mercado cada vez mais aberto, mais livre, que olha os preços de forma integrada com atributos das fontes. E, acima de tudo, o mercado elétrico brasileiro alcançou uma maturidade invejável, construída por meio de decisões e planejamento técnicos baseadas em critérios econômicos, segurança e possibilidade de aproveitar de forma inteligente a grande quantidade de recursos renováveis que temos no Brasil.

Qualquer debate sério sobre matriz elétrica parte do princípio de que uma matriz precisa ser diversificada. O que não podemos é usar o caso da Califórnia, em tudo completamente diferente do brasileiro, para espalhar um infundado terror de falta de segurança de suprimento. A Califórnia não é o Brasil. E o Brasil, com sua inteligência de rede de distribuição, maturidade de mercado com decisões técnicas, alta despachabilidade e abundância de recursos renováveis, definitivamente, não é a Califórnia.

Ítalo Freitas é CEO da AES Brasil e Embaixador de Energia da Rede Brasil do Pacto Global.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/08/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Lucro da EDP sobe

A EDP Brasil encerrou o segundo trimestre com lucro líquido de R\$ 237,2 milhões, cifra 25,5% maior que a observada em igual período de 2019. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) chegou a R\$ 586 milhões, crescimento de 5,5% na comparação com 2019. Segundo o presidente da elétrica, Miguel Setas, o resultado representa uma “virada de jogo”, após as quedas observadas nas principais métricas da empresa no primeiro trimestre. O executivo destaca que o desempenho teve contribuição positiva principalmente dos ativos de transmissão. No segundo trimestre, o Ebitda da área subiu R\$ 59 milhões no comparativo anual.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 31/08/2020****Seção: Empresas****Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo****Título: Aneel avança com projeto de leilão de eficiência energética**

Em estudo há anos, iniciativa pioneira da Aneel está avançando e deve ter edital publicado até o fim do primeiro semestre de 2021

Há alguns anos em maturação pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o leilão de eficiência energética em Roraima está finalmente ganhando contornos para sair do papel. O projeto, inédito no país, entrou em consulta pública no fim do ano passado e o prazo para contribuições se encerra hoje.

A iniciativa pioneira da Aneel propõe uma espécie de “leilão de geração às avessas”. A ideia é contratar projetos que reduzam o consumo de energia elétrica na capital Boa Vista (RR). Para isso, foi proposto o seguinte modelo: a Aneel define um montante de energia que será alvo de redução de consumo, e os participantes competem pelo menor custo para promover essa redução. A princípio, o certame oferecerá oito lotes, sendo um de iluminação pública e sete de projetos “puros” de eficiência energética (troca de equipamentos, instalação de usinas de geração distribuída solar, entre outros).

O caso de Roraima serviria como um primeiro teste para esse tipo de leilão. A intenção é que, no futuro, ele possa ser replicado em outras regiões do país. Pelos planos da Aneel, o edital do certame deve ser lançado até o fim do primeiro semestre de 2021.

Especialistas veem com bons olhos o modelo proposto para o leilão e a iniciativa de fomentar o mercado de eficiência energética no país. O presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, destaca o acerto na escolha de Roraima como alvo prioritário para a ação: o Estado é o único desconectado do Sistema Interligado Nacional (SIN) e, por isso, depende importações de energia e da geração local a partir de termelétricas a diesel, com o custo do combustível rateado entre todos os consumidores via encargo da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC).

Sales observa ainda que a situação energética de Roraima se agravou no ano passado, com a interrupção do fornecimento de eletricidade por parte da Venezuela. Ele aponta que o combustível utilizado nos sistemas isolados do estado teve um custo de mais de R\$ 1 bilhão em 2019.

Para a coordenadora de Energia do Climate Policy Initiative (CPI), Amanda Shutze, um ponto positivo é que o projeto já traz um método para analisar o

impacto das ações implementadas pelos ganhadores. “A metodologia é inovadora dentro do Brasil e até em termos internacionais”, afirma.

Apesar disso, a especialista destaca que as regras do leilão ainda podem ser aperfeiçoadas para evitar riscos dessa primeira experiência. Um estudo desenvolvido pelo CPI alerta para pelo menos três potenciais riscos. Um deles é a “maldição do vencedor”, que ocorre quando o ganhador do leilão arremata um bem acima do preço que ele vale. Nesse caso, o risco seria induzido pelo modelo de envelope fechado, que pode estimular lances mais agressivos para garantir a conquista do lote.

“Esse problema é proporcional ao grau de incerteza associado àquilo que está sendo leiloado. Nesse caso, é o primeiro leilão do tipo e há muita incerteza sobre o custo das ações necessárias para a eficiência energética. Você corre o risco de selecionar aqueles que fizeram contas erradas ou que estavam muito otimistas”, explica Juliano Assunção, diretor executivo do CPI.

Outro risco identificado pelo CPI está associado à metodologia de avaliação das ações de eficiência energética. Apesar de bem visto, o método escolhido restringe o conjunto de ações que poderiam ser implementadas pelas empresas ganhadoras. Um exemplo são campanhas de conscientização pela TV, que atingiriam um grupo maior de pessoas e poderiam poluir a análise dos impactos efetivos. Com isso, o projeto não aproveitaria o potencial máximo de redução de consumo na região.

No passado, o leilão de Roraima chegou a despertar o interesse da AES Tietê. Na época, a companhia enxergava no leilão uma oportunidade de aplicar, em larga escala, uma solução de armazenamento de energia com baterias, tecnologia na qual pretendia ser pioneira no Brasil. Quando o projeto entrou pela primeira vez em consulta pública, em 2018, a AES chegou a pedir ajustes no certame para permitir a aplicação da tecnologia. Porém, procurada pelo **Valor**, a AES Tietê sinalizou que não tem mais interesse. “Como o modelo proposto anteriormente pela Aneel não contemplava o tipo de solução que, na época, tínhamos interesse em oferecer, a empresa vem priorizando seus esforços em outras frentes.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/08/2020

Seção: Empresas

Autor: Victor Mallet — Financial Times, de Paris

Título: Veolia inicia ofensiva para fundir operações com Suez

Grupo francês de gestão de água, resíduos e energia fez oferta por participação da Engie na sua concorrente

A Veolia, grupo francês de gestão de água, resíduos e energia, informou que se ofereceu para comprar os 29,9% do grupo Suez que pertencem à empresa de serviços públicos Engie por € 2,91 bilhões, como prelúdio para a apresentação de oferta total por sua rival.

“Nosso objetivo é juntar e fundir essas duas empresas”, disse o executivo-chefe da Veolia, Antoine Frérot, ao Financial Times na noite de ontem. “Tamanho é algo crucial no mercado mundial que está sendo construído e desenvolvido neste momento”, afirmou ele.

Uma fusão total da Veolia e da Suez criaria uma empresa mundial com faturamento anual de cerca de € 40 bilhões, uma combinação que Frérot comparou a uma fusão dos times de futebol Manchester United e Manchester City.

“É com esse tamanho combinado que seremos capazes de investir nas instalações necessárias e financiar, e eventualmente amortizar, nossos custos com inovação, pesquisa e desenvolvimento”, disse.

A primeira fase da aquisição prevista é a oferta pelos 29,9% da Suez detidos pela Engie, que está apenas um pouco abaixo do limite que torna uma oferta pública completa obrigatória. No total, a Engie tem 32% da Suez, e no fim de julho informou que mudara sua perspectiva sobre a participação e analisava suas alternativas a continuar como principal acionista da Suez.

A Veolia ofereceu € 15,50 por ação da Suez em dinheiro, um prêmio de 50% sobre o preço do dia anterior ao anúncio da Engie.

Segundo Frérot, a mudança de posição da Engie foi “uma chance histórica” para a Veolia levar adiante seu plano de criar “o supercampeão mundial da transformação ecológica”. “É agora ou nunca”, acrescentou Frérot. Ele ressaltou que muitos países e regiões - entre elas a União Europeia - desenvolvem planos para ajudar suas economias a se recuperarem da recessão provocada pelo coronavírus, com o aproveitamento de políticas respeitadoras do meio ambiente.

Uma fusão completa, que a Veolia prevê para 12 a 18 meses depois de obter as autorizações regulatórias, exigiria a venda, por motivos de concorrência, das operações de água da Suez na França porque as duas são as principais empresas a vender esses serviços para municípios e indústrias do país.

Frérot disse que no resto do mundo, com algumas poucas exceções, a Suez e a Veolia tinham negócios muito complementares. Segundo a empresa, a operação criaria valor para os acionistas da Veolia desde seu primeiro ano, em grande parte como resultado das sinergias operacionais e de compras, estimadas em € 500 milhões.

A Veolia explicou que tem presença especialmente forte na Europa Central e do Leste e no Reino Unido, enquanto os mercados tradicionais da Suez incluíam a Espanha e o norte da Europa. Uma fusão reforçaria as posições combinadas do grupo na América do Sul, América do Norte, Ásia e Austrália.

Em um comunicado neste domingo, a Suez informou que sua diretoria se reunirá em breve para estudar a proposta da Veolia, que “não foi solicitada nem discutida antes com a Suez”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/08/2020

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes — De São Paulo

Título: Braskem é alvo de ação coletiva nos EUA

Investidores alegam que companhia brasileira foi omissa sobre riscos relacionados a mineração de sal-gema em Maceió

O afundamento do solo em quatro bairros de Maceió (AL), que foi relacionado à mineração de sal-gema da Braskem, rendeu nova ação contra a petroquímica brasileira. O escritório de advocacia americano Pomerantz LLP, que garantiu um acordo judicial de US\$ 2,95 bilhões com a Petrobras na esteira da Operação Lava-Jato, iniciou uma ação coletiva contra a petroquímica na Corte de Nova Jersey, que também tem como alvo o presidente da companhia, Roberto Simões, o ex-presidente Fernando Musa e o vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores, Pedro Freitas.

Até agora, e sem considerar a nova ação, a Braskem estima em R\$ 5 bilhões os gastos com o problema geológico em Alagoas. A ação ajuizada em 25 de agosto, à qual o **Valor** teve acesso, foi aberta em nome de investidores da Braskem entre 6 de maio de 2016 e 8 de julho de 2020, e tem como base a desvalorização de 6,2% dos recibos de ações (ADS, na sigla em inglês) da companhia em 9 de julho, após a comunicação de provisão adicional relativa aos gastos estimados com o problema em Maceió.

Naquela data, a petroquímica informou ao mercado que previa gastar mais R\$ 1,6 bilhão com o problema geológico em Maceió, dos quais R\$ 850 milhões para

medidas de apoio aos moradores das novas áreas de desocupação e R\$ 750 milhões para o encerramento definitivo da mina de sal-gema em Alagoas.

Antes, em abril de 2019, a Braskem já havia informado que era alvo de ações civis públicas no Brasil relacionadas ao problema geológico em Maceió, que pediam o bloqueio de R\$ 6,7 bilhões de seu caixa, o que levou o ADS da companhia a recuar 5,98%, em dois pregões.

Os gastos estimados pela Braskem com o problema geológico em Maceió já chegaram aos R\$ 5 bilhões e tendem a crescer. Além da “class action” nos Estados Unidos, ainda não há desfecho para a ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF), que inicialmente pediu cerca de R\$ 20 bilhões em reparação a danos socioambientais.

Ao mesmo tempo, tanto a Defesa Civil de Maceió quanto a própria Braskem têm ressaltado que o mapa da região de risco na capital do Estado é dinâmico e muda conforme avançam os estudos conduzidos pela companhia e pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Assim, a área de desocupação e, consequentemente, os gastos podem evoluir.

Em teleconferência sobre os resultados do segundo trimestre, cujo balanço trouxe a provisão adicional, o vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores da Braskem observou que, da área total de Maceió que estaria sujeita a problemas geológicos, 70% já estava no grupo de desocupação e realocação e 30%, de monitoramento. A expectativa da companhia era conhecer, “o quanto antes”, a necessidade de ampliação da área de desocupação, caso necessário, mas os estudos podem se estender para o ano que vem.

No sábado, em novo comunicado, o escritório de advocacia americano convocou acionistas e investidores que queiram se juntar na ação. Conforme a firma, os réus na ação fizeram declarações “materialmente falsas e enganosas sobre os negócios da empresa, políticas operacionais e de conformidade”.

Procurada pela reportagem, a Braskem não tinha um porta-voz imediatamente disponível para comentar o assunto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/08/2020

Seção: Empresas

Autor: Taís Hirata — De São Paulo

Título: Terminais viabilizam planos de Eldorado e Bracell

Novas áreas deverão suportar o aumento de produção planejado pelas duas companhias

Os novos terminais de celulose no Porto de Santos deverão abrir caminho para o aumento de produção da Eldorado Brasil e da Bracell, as duas empresas que conquistaram os contratos de arrendamento e passarão a atuar no porto pelos próximos 25 anos. O leilão das áreas foi realizado na sexta-feira, na sede da B3, em São Paulo.

Para o presidente da Eldorado, Aguinaldo Gomes Ramos Filho, o novo terminal será vital nos planos de expansão da companhia, que pretende ampliar sua produção em Três Lagoas (MS). A ideia é passar do atual patamar de 1,75 milhão de toneladas de celulose por ano para 4 milhões de toneladas. O projeto, porém, ainda não tem data para ser lançado e está em fase final de estudos, afirma o executivo.

As novas áreas deverão garantir o escoamento da produção das empresas, que têm planos de expansão

A nova área conquistada pela empresa terá uma capacidade para armazenar 97 mil toneladas de celulose e movimentar 2 milhões de toneladas por ano.

Para além dos planos de crescimento, a nova área trará ganhos importantes para o escoamento da produção atual, diz ele. “Passaremos a ter um acesso direto ao cais do porto e ganharemos a possibilidade de usar o modal ferroviário para movimentar carga. Isso representa um ganho de eficiência logística muito grande para a empresa”, afirmou.

A Eldorado, que é controlada pela J&F Investimentos, exporta 90% de sua produção. O escoamento hoje é realizado por meio de caminhões, que levam a carga a cinco portos no Sul do país e no próprio Porto de Santos, onde hoje a empresa já tem uma área - que, no entanto, é pequena e sem acesso direto ao cais, o que reduz a eficiência do transporte.

Com o novo terminal, que deve ficar pronto para a operação em um prazo de um ano e meio a dois anos, o plano é concentrar o escoamento logístico em Santos, embora a empresa ainda deva manter parte da exportação em outros portos, segundo o diretor Rodrigo Libaber.

Para a Bracell, do grupo asiático RGE, o terminal conquistado no leilão também terá papel importante no escoamento de sua unidade em Lençóis Paulista, no interior de São Paulo. Hoje, a companhia, que tem sede em Cingapura, executa projeto de ampliação de R\$ 8 bilhões de investimentos no local. A nova unidade em construção deverá ampliar a capacidade de produção das 250 mil toneladas anuais para 1,5 milhão de toneladas por ano.

Com o novo terminal, a empresa poderá movimentar 2,6 milhões de toneladas por ano pelo Porto de Santos, além de ter um potencial de armazenagem de 125 mil toneladas.

Ao todo, serão feitos ao menos R\$ 380 milhões de investimentos nos dois terminais, para adaptar a estrutura à operação de celulose. Antes, a área abrigava o terminal de contêineres do grupo Libra, cuja operação foi encerrada.

O leilão também trouxe ganhos importantes para a Santos Port Authority (SPA), estatal que administra o porto e que receberá as outorgas oferecidas pelos concorrentes da licitação. Para assumir os contratos, os dois grupos se propuseram a pagar um valor somado de R\$ 505 milhões à autoridade portuária.

Os recursos, segundo o presidente da empresa, Fernando Biral, serão usados na execução do atual plano de investimentos do porto, que superam R\$ 1 bilhão. “Esses recursos farão com que não tenhamos mais nenhuma necessidade de aporte do Tesouro para realizar esses investimentos”, afirmou Biral.

O leilão foi disputado basicamente pela Eldorado e pela Bracell. A Eldorado saiu vencedora nas duas concorrências, mas como o edital impedia que um mesmo grupo ficasse com as duas áreas, a empresa teve que escolher com qual os terminais ficaria e qual passaria para as mãos da empresa asiática.

A Suzano, por meio da subsidiária Maxcel Empreendimentos e Participações, também deu lances simbólicos na disputa, no valor de R\$ 1.000. A empresa já chegou ao leilão com uma restrição: o edital definiu um limite de 40% de participação no mercado de celulose do Porto de Santos para cada grupo econômico. Como a empresa já tem hoje uma operação significativa, não poderia levar nenhuma das áreas - a não ser que fosse a única proponente, o que não ocorreu.

Na sexta, na B3, também foi feito o leilão de uma área no porto de Vila do Conde, no Pará. A única proponente e vencedora foi a Centrais Elétricas de Barcarena (Celba), empresa da Golar Power e Evolution Power Plants (EPP). Com o contrato, fica destravado um projeto de construção de uma usina termelétrica no local, além de um terminal de regaseificação de gás natural liquefeito (GNL).

O projeto, que já havia saído vencedor de um leilão de energia da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em outubro do ano passado, deverá gerar um investimento de R\$ 1,5 bilhão.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 31/08/2020****Seção: Política****Autor: Felipe Frazão / BRASÍLIA****Título: Teto salarial de militares opõe Defesa a Economia**

Executivo. Integrantes das Forças Armadas com cargo no governo obtêm aval da AGU para acumular remunerações acima do limite de R\$ 39,3 mil; desde 2018, regra poupou R\$ 518 mi

Uma nova benesse para militares da reserva tem colocado em lados opostos o Ministério da Defesa e o da Economia. A pasta comandada pelo general Fernando Azevedo conseguiu aval para que integrantes das Forças Armadas com cargo no governo acumulem remunerações acima do teto do funcionalismo – R\$ 39,3 mil –, mas a equipe de Paulo Guedes tenta barrar. Em documento obtido pelo Estadão, a área econômica alerta para o possível impacto nas contas que a mudança na regra pode causar e aponta que, desde 2018, o desconto feito no salário de servidores poupou R\$ 518 milhões aos cofres públicos.

Previsto na Constituição, o chamado “abate-teto” é um mecanismo que inibe o recebimento de “supersalários” na administração pública. Na prática, ele funciona como uma linha de corte que reduz a remuneração de servidores para limitá-la ao valor máximo permitido, que equivale aos vencimentos de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Só algumas verbas escapam, os chamados penduricalhos, como os jetons por participação em conselhos de estatais, auxílio-moradia, entre outros. Com o argumento de que corrigiria distorções de militares da reserva que exercem cargos no governo sem receber o salário ou em troca de apenas uma parte, o Ministério da Defesa fez uma consulta à Advocacia-Geral da União (AGU) se poderia aplicar um entendimento diferente para a regra.

A pasta argumenta, com apoio dos comandos de Aeronáutica, Exército e Marinha, que o abate-teto deveria limitar cada salário isoladamente. Assim, caso nenhuma das remunerações atinja o teto, o militar poderia recebê-las integralmente. O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, por exemplo, vem tendo o salário bruto do cargo, de R\$ 30,9 mil, cortado mensalmente em R\$ 14,7 mil por causa do abate-teto. Isso porque ele já recebe como tenente-coronel da reserva da Força Aérea Brasileira cerca de R\$ 21 mil. Se o novo entendimento estivesse em vigor, Pontes poderia acumular as duas remunerações integralmente e, ao fim do mês, passaria a receber cerca de R\$ 52 mil. E ele nem é o que mais ganha.

Bento Albuquerque, ministro de Minas e Energia, poderá acumular quase R\$ 65 mil brutos apenas com as remunerações básicas. O militar ainda faz parte dos conselhos de administração da Itaipu Binacional e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) – os jetons geram, respectivamente, mais R\$ 14,9 mil e R\$ 3,2 mil mensais. Aval. Oficiais das Forças Armadas comandam nove ministérios e são maioria no Palácio do Planalto, de onde atuam nos bastidores na articulação com o Legislativo e o Judiciário, além dos órgãos de controle. A AGU concordou com os argumentos da Defesa em abril. Em parecer, o órgão jurídico do governo citou entendimentos do STF e do Tribunal de Contas da União sobre o abate-teto.

O caso base foi o de dois servidores do Mato Grosso que acumulavam cargos e tiveram aval da Justiça para que o redutor fosse aplicado separadamente e não nos vencimentos acumulados. Porém, a pasta da Economia diz que essas decisões não são aplicadas automaticamente a todo o funcionalismo federal. E também não serviria de base, pois os ministros julgaram casos específicos. Por causa dos gastos com a pandemia da covid-19, que levou o presidente Jair Bolsonaro a decretar estado de calamidade pública, o aval da AGU dado em abril deste ano pelo então ministro André Mendonça, atual titular da Justiça e Segurança Pública, foi suspenso em maio pelo seu sucessor, o atual advogado-geral da União, José Levi.

Mas, na prática, outros ministérios, como o da Cidadania, já formularam consultas ao órgão sobre como proceder os pagamentos. Isso porque o parecer da AGU beneficia não só os militares, mas todos os servidores do governo que recebem salários de duas fontes diferentes. Agora, técnicos da Economia pressionam Levi para que reveja a autorização dada por Mendonça. Eles argumentam que “não se pode flexibilizar o ‘teto’ para atender uma pequena classe da sociedade brasileira”. E alertam: “O já combalido Orçamento Público Federal terá de arcar com o aumento ilegal do pagamento de remunerações provenientes de acumulação de cargos, até mesmo em casos não permitidos pela Constituição”.

Os técnicos ressaltam que não há dotação orçamentária específica bancar esse aumento na despesa Orçamento de 2020 e que ela tampouco foi prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021, dois impeditivos legais. A Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal pediu o “reexame” do parecer pela AGU. “O entendimento proposto pela Advocacia-Geral da União acarretará elevado impacto financeiro”, diz o órgão. O governo tem até hoje para enviar ao Congresso Nacional a proposta orçamentária do ano que vem. Como revelou o Estadão, a previsão é de o Ministério da Defesa ter mais recursos que o da Educação, o que não acontece desde 2010. Por enquanto, o abate-teto continua a descontar o somatório das remunerações de servidores quando há acúmulo de cargos, empregos, pensões e funções.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 31/08/2020****Seção: Economia****Autor: Vinicius Neder / RIO****Título: Mercado de crédito de carbono entra na mira de empresas**

A negociação de direitos de emissão de carbono, com compra e venda numa espécie de “mercado verde”, ainda parece algo de um futuro distante no Brasil, mas algumas grandes empresas já começaram a calcular internamente o “preço” de liberar gases do efeito estufa. O objetivo é sair na frente numa tendência que parece irreversível – a taxação sobre as emissões – e se preparar para o mercado global previsto no Acordo de Paris, de 2015. Quando for realidade, o sistema internacional poderá render bilhões para países que consigam ir além de suas metas de redução da poluição, e o Brasil é candidato a sair ganhando.

Líderes do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds) estimam que os créditos de carbono oriundos da preservação da Amazônia poderiam render US\$ 10 bilhões ao ano para o Brasil. Sem estimar valores, estudo da petroleira Shell calculou que o País poderia absorver da atmosfera 2,7 bilhões de toneladas de gases por ano – conforme a companhia, para conter o aquecimento global, é preciso cortar 11 bilhões de toneladas por ano. Enquanto a diplomacia não avança no sistema previsto no Acordo de Paris, alguns países locais se adiantaram na taxação do carbono para controlar as emissões. A lógica é, pelo preço, incentivar atividades menos poluentes.

Em 46 países e 28 governos subnacionais há alguma forma de cobrança, segundo relatório do Cebds. Alguns governos optaram por criar tributos sobre emissões, outros por criar mercados locais, dos quais participam as empresas poluentes – os principais são o da União Europeia e o da Califórnia. No Brasil, o Cebds defende a segunda opção, e o Ministério da Economia deverá apresentar, até o fim do ano, uma proposta sobre o assunto, como mostrou o Estadão em julho. Embora quase metade dos gases eliminados no Brasil venha do desmatamento, enquanto a cobrança sobre o carbono é considerada eficaz para segurar a poluição de indústrias e usinas de energia, um mercado local deixaria o setor privado brasileiro pronto para as transações internacionais, quando forem regulamentadas.

Além disso, com a cobrança pelas emissões se espalhando, calcular o custo da poluição será importante tanto para exportar quanto para atrair investidores em ações e títulos de dívida, dizem executivos. “Fundos de investimento e empresários defendem essa agenda porque o negócio não vai dar certo se não for assim”, diz Ronaldo Seroa da Motta, professor de economia do meio

ambiente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) A Natura, de 2007 a 2018, compensou 3,6 milhões de toneladas de gases, gerando R\$ 1,6 bilhão. Em 2019, investiu R\$ 33,5 milhões nas comunidades impactadas, incluindo 38 projetos que geraram créditos de carbono.

Nos processos internos, investe em materiais de menor impacto, e os projetos de produtos incluem as emissões nos custos, diz a diretora global de Sustentabilidade da Natura & Co., Denise Hills. O desafio é maior nas indústrias que poluem mais. No setor do petróleo, a subsidiária da Shell no Brasil criou uma área para calcular “créditos de carbono” em ações de compensação. Na indústria do cimento, a luta é por combustíveis alternativos, diz o coordenador de Sustentabilidade da Votorantim Cimentos, Fábio Cirilo. Por isso, a empresa, com fábricas em 11 países, investe no uso de resíduos sólidos – pneus e lixo urbano não reciclável – e biomassa.

No Brasil, 29% do combustível vêm de fontes alternativas. Segundo Cirilo, a companhia já inclui nas avaliações de projetos de investimento cálculos internos sobre o custo de emissões. Para o professor Carlos Eduardo Young, do Grupo de Economia do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Gema) da UFRJ, as iniciativas são pontuais. No fim das contas, as emissões do Brasil seguem elevadas, por causa do desmatamento. Para o professor, apenas a regulação do Estado, como na Europa e na Califórnia, terá efeito, mas a agenda do governo Jair Bolsonaro está voltada para desregulamentar e reduzir a fiscalização ambiental. “A economia do baixo carbono é do século 21, mas, no Brasil, estamos voltando para uma economia pré-industrial”, afirma Young. / COLABOROU DENISE LUNA

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 31/08/2020

Seção: Mercado

Autor: Larissa Garcia e Alexa Salomão

Título: Trump reduz cota de aço semi-acabado do Brasil para atender eleitor

O presidente Donald Trump reduziu a cota de importação de aço semi-acabado do Brasil, revendo um acordo firmado em 2018. Não houve alteração nas tarifas. As receitas com exportações de aço do Brasil para os EUA totalizam anualmente US\$ 2,6 bilhões (R\$ 14 bilhões). Cerca de 85% do volume total, o equivalente a 3,5 milhões de toneladas, são de semi-acabado que servem de matéria-prima para a indústria americana. A proclamação que oficializou a mudança foi assinada por Donald Trump na sexta-feira (28) e confirmada pelo governo brasileiro neste sábado (29).

“A medida mantém a isenção de tarifas sobre o comércio bilateral do produto intraquota, a exemplo do que ocorreu em 2019 como resultado de contato entre os presidentes Jair Bolsonaro e Donald Trump”, diz texto da nota conjunta emitida pelos ministérios da Economia e das Relações Exteriores. Segundo Marco Polo Lopes, presidente executivo do Instituto Aço Brasil, entidade que representa a indústria, houve uma negociação, ao longo dos últimos 25 dias, para formalizar a redução da cota e, apesar de haver perdas financeiras para o setor, ele acredita que o resultado foi o melhor possível. “Sendo sincero, politicamente, o resultado foi positivo”, diz Lopes.

“E a participação do presidente Jair Bolsonaro foi decisiva. Ele ligou para Trump, explicou a situação e a nossa percepção é que esse contato foi decisivo para que não houvesse truculência do lado americano.” Com a pandemia do novo coronavírus, houve queda na demanda em vários segmentos e as usinas americanas passaram a ter ociosidade. Uma alternativa para muitas delas foi produzir aço semi-acabado. Parte do setor reivindicou que a gestão Trump adotasse alguma medida para priorizar o produto nacional. Como Trump está em campanha para a reeleição, a demanda foi atendida.

Na primeira manifestação, o governo americano disse que precisava rever os embarques porque haveria concentração de entregas. A entidade demonstrou que isso não ocorria. Os americanos, então, deixaram claro que precisavam rever o acordo de 2018, sob pena de terem inclusive de elevar a taxa. Representantes da indústria brasileira, então, avaliaram as entregas prevista e sugeriram a exportação de cerca de um terço do permitido, o equivalente a 100 mil toneladas.

O governo americano veio com a contraposta de 60 mil toneladas e o acordo foi fechado. As 3,5 milhões de toneladas de semi-acabados são exportados do Brasil para os EUA em quatro parcelas: três, que equivalem a 30% do total cada, e uma final de 10%. Neste ano, o Brasil já exportou 90% da cota. A restrição sobre parte dos 10% restantes, que somam 350 mil toneladas que ainda poderiam ser embarcadas. A indústria brasileira poderá enviar 60 mil toneladas. O destino das 290 mil toneladas restantes volta a ser discutido em dezembro.

VEÍCULO: O Globo

Data: 31/08/2020

Seção: Sociedade

Autor: RENATO GRANDELLE

Título: 'Se nada for feito, outro acidente acontecerá'

ENTREVISTA - Marcelo Francisco Campos / ALMIRANTE

Coordenador de grupo de controle montado após vazamento de óleo, que completou ontem 1 ano, diz que país precisa de R\$ 2 bi para monitorar litoral

Passaram-se semanas até o governo brasileiro perceber que um vazamento de óleo na costa da Paraíba, que completou ontem um ano, era de fato uma situação de emergência nacional.

Coordenador do Grupo de Avaliação e Acompanhamento, o almirante Marcelo Francisco Campos lembra em entrevista ao GLOBO que se cogitou dismantlar a equipe de vigilância já em setembro — só a partir de uma “segunda onda” de detritos, que chegou a Aracaju no início de outubro, a montagem de um plano nacional de contingência foi formalizada.

A lição foi aprendida e, agora, Campos calcula que o governo precisará investir R\$ 2 bilhões, ao longo de dez anos, em radares para monitorar pontos estratégicos da costa.

Enquanto isso, as investigações sobre a embarcação culpada pelo acidente continuam em andamento — o almirante pretende concluí-las nas próximas semanas.

A primeira mancha de óleo foi vista no dia 30 de agosto, na Paraíba. Em menos de uma semana, já estava presente em três estados. Ficou claro desde aquele momento, que era uma situação de emergência nacional?

Não. No começo, não havia esta percepção. Mobilizamos imediatamente o Grupo de Avaliação e Acompanhamento (GAA), que é previsto por lei e composto por Iba-ma, Marinha e Agência Nacional de Petróleo. O papel deste grupo é implementar um Plano Nacional de Contingência (PNC), mas a estratégia, até então, consistia em ver o óleo na praia e retirá-lo.

Por que o trabalho foi limitado a isso?

Porque nunca havíamos visto um acidente semelhante. Fazemos vários treinos sobre derramamento de óleo, exercícios em campo, envolvemos empresas de petróleo e instituições internacionais com larga experiência na área, mas este episódio não se encaixou em nada que conhecíamos. Nossos planos são baseados na existência de um agente poluidor, que assumiria todos os gastos e tomaria as rédeas do combate ao vazamento. Mas não conhecíamos, e até hoje não conhecemos, quem foi o responsável.

Então, tivemos que mudar nossos planos. O Estado brasileiro teve que atuar como se ele fosse o poluidor, o que implicou assumir gastos. A Marinha precisou comprar equipamentos de proteção individual (EPIs), porque não havia a quantidade necessária.

Houve algum momento em que a situação parecia estar sob controle?

Sim, no final de setembro. Até então, o combate às manchas era feito de forma regional e pontual, e pensamos até em desmobilizar o GAA, porque as praias não pareciam mais tão sujas. Mas, por volta de 3 de outubro, veio uma ressurgência em Aracaju, um manto de óleo pesado. Era uma segunda onda. Aí o trabalho passou a ser integrado.

O governo federal foi criticado por só implementar em meados de outubro as medidas previstas no manual do PNC, que ditam como agir em desastres com óleo.

O manual não foi relevante, o que interessava eram as medidas de adaptação ao acidente. E havia poucas, já que o óleo viajava por baixo do mar, passando pelas barreiras de contenção e chegando às praias. No dia 11 de outubro, a Marinha tornou-se coordenadora do GAA, função que era exercida até aquele momento pelo Ibama. No dia 14, houve o primeiro encontro presencial do grupo de controle. E também tivemos a ajuda das demais Forças Armadas, da Petrobras, da Defesa Civil e de secretarias municipais e estaduais de onde o litoral foi afetado, além dos voluntários.

Autoridades locais criticaram a falta de orientações e fornecimento de infraestrutura pelo governo federal. Houve falhas neste diálogo?

Veja, o óleo caiu em uma região de saliência do litoral nordestino e dali se dividiu em duas correntes marítimas — adas Guianas, que vai para o Norte, e a do Brasil, que ruma para o Sul. A área atingida foi de 3,6 mil km². Tentamos envolver todos os atores —secretários, prefeituras. No primeiro momento, não tínhamos EPIs para todos. Certamente houve falhas, porque era uma situação inédita, mas soubemos reagir.

Como estão as investigações?

Há duas linhas em andamento. Uma, em âmbito criminal, está com a Polícia Federal. A outra, administrativa, com o meu setor na Marinha. Estudamos correntes marítimas, meteorologia, estatísticas. As análises mostram que o óleo passou por um forte processo químico ao entrar na água. Usamos técnicas de modelagem para ver em que profundidade o óleo se dispersou. Quando começamos nosso trabalho, monitorávamos 1.060 navios. Não posso revelar quantos sobraram, mas espero concluir as investigações nas próximas semanas e apontar aquele que teria sido o responsável pelo vazamento. Todos que ainda estamos vendo têm bandeira estrangeira e teriam lançado o óleo a mais de 60 quilômetros de nosso litoral.

Nosso litoral está exposto a acidentes semelhantes?

Sim. O Brasil sofreu uma agressão e continua vulnerável. O Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (que coordena a defesa e o monitoramento das águas jurisdicionais do país) precisa ter a tecnologia reforçada. Não temos um processo ativo de detecção das embarcações que passam em nosso litoral. Dependemos que elas colaborem, transmitindo seu posicionamento.

Quanto custa a estrutura necessária para resolver esta deficiência?

Nosso planejamento é investir R\$ 2 bilhões ao longo de dez anos. Precisamos desta verba para comprar radares, que serão colocados em pontos estratégicos da nossa costa, e melhorar o monitoramento. Queremos sensibilizar os ministérios para que tenham a noção da gravidade deste acidente. Nosso programa é de Estado, não apenas da Marinha. Se nada for feito, outro acidente acontecerá.

Como está hoje a área atingida pelo óleo?

Fico orgulhoso porque neste verão ninguém falou em óleo. É um sinal de que fizemos um bom trabalho. Acredito que o impacto socioeconômico foi mitigado. Mas o prejuízo ambiental ainda não é totalmente conhecido.

[illegible]

O ESTADO DE S. PAULO

Segunda-feira, 31 de agosto de 2020 14:00

NA QUARENTENA

TESOUROS QUE VÃO A LEILÃO

Verdadeira pegada do Banco Santos está de Frank Rellou e Tânia de Amorim (dir.)



DIRETO DA PONTE

A nova Adriana Calcanhotto

Canções inéditas, inédito repertório, com o melhor e, na quarentena, chegou a hora de Adriana Calcanhotto voltar ao palco

Lucro das companhias de capital aberto cai 81,9% no 1º semestre

Ganhos líquidos caíram de R\$ 49,2 bilhões para R\$ 8,9 bilhões com a pandemia; análise indica que, apesar dos danos, resultados foram melhores do que o esperado

Desde o fim da crise financeira de 2008, o lucro líquido das companhias de capital aberto no Brasil caiu 81,9%, segundo dados divulgados pelo Ibovespa. O lucro líquido das companhias de capital aberto no Brasil caiu 81,9%, segundo dados divulgados pelo Ibovespa. O lucro líquido das companhias de capital aberto no Brasil caiu 81,9%, segundo dados divulgados pelo Ibovespa.

Desde o fim da crise financeira de 2008, o lucro líquido das companhias de capital aberto no Brasil caiu 81,9%, segundo dados divulgados pelo Ibovespa. O lucro líquido das companhias de capital aberto no Brasil caiu 81,9%, segundo dados divulgados pelo Ibovespa. O lucro líquido das companhias de capital aberto no Brasil caiu 81,9%, segundo dados divulgados pelo Ibovespa.

Desde o fim da crise financeira de 2008, o lucro líquido das companhias de capital aberto no Brasil caiu 81,9%, segundo dados divulgados pelo Ibovespa. O lucro líquido das companhias de capital aberto no Brasil caiu 81,9%, segundo dados divulgados pelo Ibovespa. O lucro líquido das companhias de capital aberto no Brasil caiu 81,9%, segundo dados divulgados pelo Ibovespa.

Limite a teto salarial opõe Economia a militares

Um ano depois da ALESP que altera o teto salarial para servidores públicos, o governo estadual enfrenta a oposição dos militares. O governo estadual enfrenta a oposição dos militares. O governo estadual enfrenta a oposição dos militares.

R\$ 518 milhões
é o valor do aumento do salário mínimo em 2020

Empresas miram novo mercado de crédito de carbono

Com o crescimento da preocupação com o meio ambiente, as empresas estão buscando novos mercados de crédito de carbono. Com o crescimento da preocupação com o meio ambiente, as empresas estão buscando novos mercados de crédito de carbono.

Com o crescimento da preocupação com o meio ambiente, as empresas estão buscando novos mercados de crédito de carbono. Com o crescimento da preocupação com o meio ambiente, as empresas estão buscando novos mercados de crédito de carbono.

Lele Carlini Trabuco Capeli
desenvolveu o projeto de lei que altera o teto salarial para servidores públicos. O projeto de lei que altera o teto salarial para servidores públicos.



Escolas recorrem aos cursos livres para poder reabrir

Com o fechamento das escolas, muitas delas recorreram aos cursos livres para manter os professores trabalhando. Com o fechamento das escolas, muitas delas recorreram aos cursos livres para manter os professores trabalhando.

No País, 4 milhões de jovens ficam sem aulas

Com o fechamento das escolas, milhões de jovens ficaram sem aulas. Com o fechamento das escolas, milhões de jovens ficaram sem aulas.

Em pandemia no Brasil, os impactos do fechamento das empresas

Os impactos do fechamento das empresas durante a pandemia no Brasil. Os impactos do fechamento das empresas durante a pandemia no Brasil.

Enfim, estímulos para a cabotagem
O governo anunciou o fim da proibição de cabotagem por navios estrangeiros, o que pode impulsionar o setor. O governo anunciou o fim da proibição de cabotagem por navios estrangeiros, o que pode impulsionar o setor.



Mesmo reseretas, praias do Rio Ivaí
Apesar do fechamento das praias, o Rio Ivaí continua sendo um destino popular. Apesar do fechamento das praias, o Rio Ivaí continua sendo um destino popular.

JURIDICÔS COM OS DIAS CONTADOS
O prazo para a entrega das petições judiciais está chegando. O prazo para a entrega das petições judiciais está chegando.

Felipe Scudeller Sobrinho
O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, anunciou a nomeação de Felipe Scudeller Sobrinho para o cargo de secretário de Estado. O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, anunciou a nomeação de Felipe Scudeller Sobrinho para o cargo de secretário de Estado.

SLURP! EDUCAÇÃO
O aplicativo SLURP! Educação oferece conteúdos educativos de forma interativa. O aplicativo SLURP! Educação oferece conteúdos educativos de forma interativa.

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 ★ Nº 33.388

SEGUNDA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 2020

R\$ 5,00



PRAIAS DO RIO FICAM LOTADAS EM DIA DE SOL, APESAR DA PANDEMIA

Movimentação de banhistas durante a tarde de domingo, na praia do Recreio dos Bandeirantes, na capital fluminense; decreto municipal liberou banho de mar, mas não permanência na areia

ENTREVISTA DA 2ª

Maria Homem

Brasil está doente, e pulsões loucas vieram à tona

Para a psicanalista, o país é um paciente que deu pouca importância aos sintomas de um mal maior. Agora, movido pela urgência, precisa se deitar no divã e passar por um profundo processo de análise.

A crise de conceitos como individualismo e liberdade, face à pandemia, também nos coloca diante de escolhas, diz. A12

Homem morre a tiros em noite de confronto nos EUA

Em noite marcada por confrontos entre manifestantes antirracistas e apoiadores do presidente Donald Trump, um homem branco foi morto a tiros em Portland, no estado do Oregon. A relação com os protestos não foi confirmada. Mundo A10

Aniversário de ditador estimula atos na Belarus

Cerca de 200 mil pessoas voltaram a marchar contra o ditador da Belarus, Aleksandr Lukashenko, que completou 66 anos. No 22º dia consecutivo de protestos, os manifestantes se aproximaram do palácio presidencial e gritaram os parabéns. Mundo A11

Eduardo Knapp/Folhapress

agrofolla
Na contramão da crise

Agronegócio consegue superar perdas da pandemia, registra números recordes de venda e deve liderar retomada

Caminhão com laranjas é descarregado na empresa Alfa Citrus

Home office ocupa 13% no Sudeste e só 4% no Norte

De cada 10 brasileiros ocupados, 1 estava em julho no trabalho remoto, um benefício aos mais qualificados

Passados quase seis meses desde a disseminação do home office entre as empresas, os dados a respeito desse sistema de trabalho constituem uma espécie de novo indicador das desigualdades econômicas do país.

Em julho, dos 8,4 milhões de trabalhadores remotos do Brasil (cerca de 10% da população ocupada), praticamente a metade, 4,9 milhões, estava no Sudeste.

Na região, que concentra profissionais mais qualificados, 13% dos empregados se valeram do trabalho a distância durante o período de distanciamento social.

No outro extremo, apenas 252 mil pessoas estavam em home office na região Norte, ou 4% dos ocupados. Os números da pesquisa por amostragem do IBGE apontam ainda que, no Sul, 9% estavam no teletrabalho, mesma proporção do Centro-Oeste, enquanto no Nordeste eram 7,8%.

Para o professor João Luiz Maurity Saboia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, os dados confirmam que o trabalho remoto é um benefício adicional para os mais qualificados, em especial aqueles com curso superior completo. Mercado A13

Alunos da rede pública ficam meses sem ensino nas capitais

Em 14 das 27 capitais, alunos do ensino fundamental tiveram 35 dias ou mais sem atividade remota durante a pandemia. O caso mais crítico é o de São Luís (MA), onde o ensino não havia começado no início de agosto. Cotidiano B1

Pandemia no Brasil

	Total	Óbitos*	Variação**	Estágio
Brasil	3,9 mil	36,6 mil	-15,8%	Estável
Óbitos	120,9 mil	875	-9,1%	Reduzido

Dados das 20h de 30 ago. **Média móvel de 7 dias. *Em relação a 14 dias

Estágios da pandemia

■ Acelerado	■ Estável	■ Desacelerado	■ Reduzido
-------------	-----------	----------------	------------



Estados com mais óbitos

	Total
1º SP	30 mil
2º RJ	16 mil
3º CE	8,4 mil

Situação nos municípios

	Estável
Brasília (DF)	Campanas (SP)
Porto Alegre (RS)	Curitiba (PR)
São José dos Campos (SP)	Belo Horizonte (MG)
Belford Roxo (RJ)	
Joinville (SC)	

ATMOSFERA



EDITORIAIS A2

O Fed inova
Sobre a nova política do banco central americano.

Ensino contra o abuso
Em defesa da educação sexual desde cedo na escola.

AUDIÊNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 197.389.357
VISITANTES ÚNICOS 36.715.131

Luiz Felipe Pondé
O marketing é a nova censura

Liberdade de expressão cada vez mais se revelará um fetiche do espaço público. O que importa são as pesquisas de opinião. Sua majestade, o consumidor, decide conteúdos, edições, feiras literárias, e o próprio futuro do pensamento público. Ilustrada B11

Folhainvest A17
Novo sistema de pagamentos do BC conta com exemplos em outros países

Ilustrada B7
Escritor Dan Brown reativa carreira de músico com sinfonia para as crianças

Celso R. de Barros
Foi Bolsonaro que derrubou Witzel?

A decisão de afastar monocraticamente o governador do Rio, Wilson Witzel, foi ilegal. É curioso que tanta gente no mundo da Justiça esteja tomando decisões claramente ilegais que coincidem perfeitamente com os interesses de Jair Bolsonaro. Poder A6

Questionado por gasto, TJ de SP limita informação

Alvo de críticas por seus gastos, o Tribunal de Justiça de São Paulo editou uma norma que possibilita a punição de quem divulga informação interna. A corte afirma que a medida não configura "dirigismo ideológico ou ferramental de censura". Poder A4

2º SEQUENDO EN QUARENTENA

O desafio para a retomada cultural com menor público e novos custos

Alívio: Gabigol decide para o Fla e homenageia Chadwick Boseman**O GLOBO**

Jornal Mundial (36% T2) — (R\$6.300) | Globo Rio de Janeiro

Cada vez mais pessoas estão se infectando com o coronavírus. O Brasil já tem mais de 100 mil casos e mais de 17 mil mortes.

**CRISE DO RIO**

Castro vai a Bolsonaro por recuperação fiscal

Prazo para renovação do regime especial acaba sábado

Entrevista com o governador

R\$1,5 bilhão



O governador Flávio Castro (PSDB) vai a Brasília para discutir com o presidente Jair Bolsonaro a possibilidade de uma renovação do regime especial de desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro. O prazo para a renovação do regime especial acaba no sábado (1º de setembro). Castro vai a Brasília para discutir com o presidente a possibilidade de uma renovação do regime especial de desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro. O prazo para a renovação do regime especial acaba no sábado (1º de setembro).



A música é uma das atividades que ajudam a aliviar o isolamento social. No Rio de Janeiro, muitos artistas estão se apresentando em pequenos espaços.

CRISTINA PEREIRA DOS SANTOS

Defensores profissionais

O Brasil tem um dos maiores índices de profissionais que atuam na defesa jurídica do país.

FERNANDO CASTRO

Reflexões sobre o coronavírus

O Brasil tem um dos maiores índices de profissionais que atuam na defesa jurídica do país.

Novas delações miram parlamentares e estados

O procurador-geral da República, Augusto Aras, indica que novas delações miram parlamentares e estados.

O procurador-geral da República, Augusto Aras, indica que novas delações miram parlamentares e estados.

O procurador-geral da República, Augusto Aras, indica que novas delações miram parlamentares e estados.

O procurador-geral da República, Augusto Aras, indica que novas delações miram parlamentares e estados.

Queda na renda do trabalhador freia reação da economia

A queda na renda do trabalhador está freando a reação da economia. Segundo o IBGE, a renda média mensal caiu 12,5% em julho.

RICARDO BARBOSA
O Brasil tem um dos maiores índices de profissionais que atuam na defesa jurídica do país.**CRISTINA PEREIRA DOS SANTOS**
O Brasil tem um dos maiores índices de profissionais que atuam na defesa jurídica do país.**ANA MARIA MACHADO**
O Brasil tem um dos maiores índices de profissionais que atuam na defesa jurídica do país.

A queda na renda do trabalhador está freando a reação da economia. Segundo o IBGE, a renda média mensal caiu 12,5% em julho.

BRASIL SOFREU UMA AGRESSÃO E CONTINUA VULNERÁVEL

O Brasil sofreu uma agressão e continua vulnerável. Segundo o IBGE, a renda média mensal caiu 12,5% em julho.

O Brasil sofreu uma agressão e continua vulnerável. Segundo o IBGE, a renda média mensal caiu 12,5% em julho.

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808; HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASILIA, 1960; ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASILIA, DISTRITO FEDERAL, SEGUNDA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 2020

NÚMERO 20.938 • 24 PÁGINAS • R\$ 2,50



Brasília sob alta tensão

Governo começa a semana em busca de recursos para programas sociais e com os olhos voltados para o STJ

ORÇAMENTO

Planalto encaminha, hoje, ao Congresso, a proposta orçamentária de 2021. A guerra por recursos entre os ministérios e por cargos na comissão que tratará do tema está intensa.

AUXÍLIO EMERGENCIAL

Bolsonaro pressiona para que ajuda a trabalhadores afetados pela pandemia fique perto dos R\$ 300. Programa, que garantiu aumento da popularidade presidencial, vai até o fim do ano.

RENDA BRASIL

Depois de recusar proposta elaborada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, presidente apresenta, amanhã, a líderes partidários, como ficará o substituto do Bolsa Família.

WITZEL

Na quarta-feira, a Corte Especial do STJ avalia se mantém Wilson Witzel afastado por 180 dias do governo do Rio. Ministros devem modular a decisão tomada de forma monocrática.

PÁGINA 2

MEGA-SENA

R\$ 82 milhões

É o prêmio estimado a ser pago ao ganhador na quarta-feira. Faça suas apostas. PÁGINA 5

Capital do país lidera testagem

IBGE mostra que 16,7% dos brasilienses fizeram exame para detectar o novo coronavírus. Ontem, o Brasil registrou 16.158 novos casos. PÁGINAS 5 E 13

Adeus a um pioneiro amigo de JK

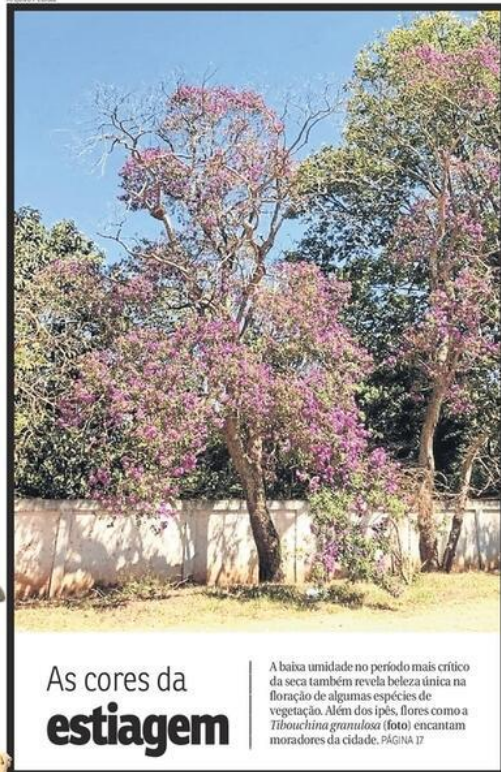
Próximo a Juscelino Kubitschek, o coronel aposentado Geraldo Silva, 93 anos, organizou o desfile de inauguração de Brasília. PÁGINA 14

VAR ajuda o Flamengo

Árbitro assistente de vídeo anula dois gols do Santos e rubro-negro vence com o talento de Gabigol, que voltou a balançar as redes no Brasileiro. PÁGINA 12

Alexandre Vidal/Ramengo

Arquivo Pessoal



As cores da estiagem

A baixa umidade no período mais crítico da seca também revela beleza única na floração de algumas espécies de vegetação. Além dos ipês, flores como a *Tibouchina granulosa* (foto) encantam moradores da cidade. PÁGINA 17

ENTREVISTA / MARINA SILVA



"Ataque ao meio ambiente custará caro"

A "política irresponsável" do governo na área ambiental afetará pesadamente a economia brasileira, com possível suspensão de acordos comerciais e entraves às exportações agrícolas, diz a ex-senadora e ex-ministra do Meio Ambiente.

PÁGINA 3

Limites a planos de saúde

ANS suspende, até o fim do ano, reajuste das mensalidades dos convênios médicos, mas planos empresariais ficam de fora. Tire suas dúvidas. PÁGINA 7

Inventor sofre com demora para obter patentes

PÁGINA 6

Nanossatélite levará internet a regiões remotas

PÁGINA 11

CB Poder

Érica Filipezzi, secretária da Mulher, é a entrevistada de hoje, a partir das 18h20, na TV Brasília e nas redes sociais do Correio.



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.dff@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

971808-266022

VERCAPAS.COM.BR

(061) 99298.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

MME / ASCOM .